A situação da psicologia educacional na Inglaterra

LÚCIA RABELO DE CASTRO *

1. Introdução: retrospectiva histórica; 2. Treinamento acadêmico e prático do psicólogo educacional; 3. O papel e as funções do psicólogo educacional: a situação atual e as tendências futuras. 4. Conclusão.

1. Introdução: retrospectiva histórica

A profissão de psicólogo educacional na Inglaterra data do começo deste século quando, em 1913, Cyril Burt, então com 30 anos de idade, foi designado psicólogo do London County Council (algo semelhante à prefeitura municipal). Suas atribuições consistiam, sobretudo, no diagnóstico psicológico de crianças com problemas de aprendizagem e de comportamento. Não muito distante desta data, há que se lembrar, os Oliver Twists e os David Copperfields perambulavam soltos pelas ruas das cidades livres de qualquer obrigação escolar compulsória. Foi exatamente no final do século XIX, quando atos educacionais tornaram compulsória a ida à escola, que a grande maioria das crianças se viu forçada a abandonar o sítio das ruas e ruelas para se sentar nas carteiras das salas de aula. Esta população escolar, nas palavras de Warner – um pensador inglês do fim do século passado –

* Doutoranda em psicologia na Universidade de Londres.

compunha-se de "um agregado de crianças difíceis, a quem não se podia ensinar nada e que não podiam ser controladas" (1). Esta situação propiciou a conceituação de *educação especial* como sendo a necessidade de prover facilidades educacionais especiais para as crianças menos dotadas intelectual e fisicamente, assim como fez crescente a necessidade de medir a capacidade intelectual e o desempenho acadêmico dos alunos. Alguns destes problemas e soluções foram tratados por Galton, Pearson, Binet e outros no fim do século passado e no começo do nosso século.

Voltando a Cyril Burt, ele é considerado precursor dos serviços psicológicos escolares que existem hoje na Inglaterra. Produziu uma série de livros considerados textos clássicos da psicologia educacional inglesa, baseados no acúmulo de dados colhidos durante o seu trabalho como psicólogo no London County Council.

Durante as décadas de 20 e 30 outras autoridades educacionais locais espalhadas pela Inglaterra começaram a seguir o exemplo do London County Council estabelecendo serviços semelhantes àquele em que Cyril Burt trabalhava. Entretanto, a idéia da *clínica de orientação infantil* (*Child guidance clinic*) ganhava reconhecimento excepcional a partir dos exemplos de Sanctis na Itália, iniciada em 1899 e de Healy, nos EUA, a partir de 1908. No fim dos anos 20 o movimento em favor destas clínicas tinha se espalhado por toda a Grã-Bretanha, e a primeira clínica de orientação infantil foi fundada na área leste de Londres em 1927. Em 1939 já havia 22 clínicas de orientação infantil na Inglaterra e Gales, cuja equipe era composta por psiquiatra, assistente social na área psiquiátrica e psicólogo educacional. A função do psicólogo educacional nestas clínicas estava restrita quase que totalmente ao papel do psicometrista cujas atividades ocorriam dentro da clínica com poucas oportunidades de visitas às escolas. Crianças com problemas de aprendizagem e de comportamento encaminhadas às clínicas pelo pediatra ou pela professora eram atendidas aí individualmente.

Se bem que nas décadas de 20 e 30 a voga da "clínica de orientação infantil" estivesse no auge, uma outra tendência foi-se desenvolvendo mais lentamente no que se refere à provisão de serviços psicológicos para a população escolar. Esta tendência emergiu sob o rótulo de *serviços psicológicos escolares* (*School psychological services*), cuja equipe consistia de psicólogos educacionais e, algumas vezes, de professoras especializadas na educação de crianças com deficiências físicas ou com problemas de aprendizagem (as chamadas *remedial teachers*).

Os serviços psicológicos escolares coexistiram com as clínicas de orientação infantil durante a primeira metade deste século, se bem que, como foi frisado anteriormente, as clínicas usufruíram de uma maior popularidade nesta época, o que propiciou o seu crescimento inicial mais rápido. O Ato Educacional de 1944, e através dele a criação do conceito educacional de subnormalidade e a conceituação de desajustamento emocional como uma das categorias de *handicap* (do mesmo modo como a surdez ou a cegueira são *handicaps*), concorreu para enfatizar a necessidade do crescimento de serviços ligados ao atendimento da população escolar que se enquadrava na faixa da *anormalidade*. Os dois serviços existentes –

a clínica de orientação infantil e o serviço psicológico escolar – começaram a se identificar até certo ponto com uma abordagem médica e uma abordagem educacional, respectivamente, no trato destes problemas.

Uma das mais importantes conseqüências do Ato Educacional de 1944 foi a de responsabilizar as autoridades educacionais locais da provisão educacional adequada para crianças com deficiência física, com problemas de aprendizagem ou com desajustamento emocional. O relatório encomendado pelo Ministério da Educação a Underwood – conhecido pelo nome de *Underwood Report* – publicado em 1955, foi o primeiro documento oficial do governo em que se chama a atenção para a necessidade crescente do recrutamento e do emprego de psicólogos educacionais junto às autoridades educacionais locais (2). Em 1955 havia o equivalente a 140 psicólogos educacionais na Inglaterra e Gales empregados em tempo integral, para servir uma população escolar de 6,5 milhões de crianças.

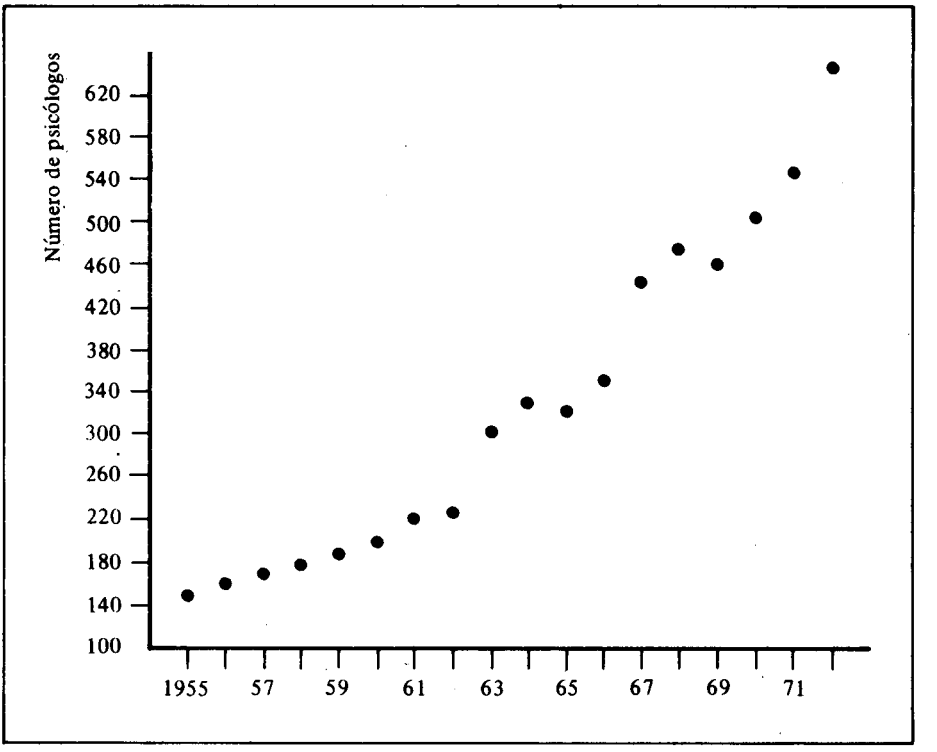
O Relatório de Underwood fez recomendações no sentido de como os serviços de ajuda psicológica deveriam ser estruturados. Essencialmente, o relatório propôs um esquema de cooperação entre a clínica de orientação infantil e o serviço psicológico escolar, sob a égide de um serviço de orientação infantil. A clínica lidaria com os problemas psicológicos e educacionais mais graves e a equipe consistiria de um psiquiatra, psicólogos educacionais e assistentes sociais na área psiquiátrica. Os psicólogos educacionais despenderiam apenas metade do seu tempo na clínica. A outra metade seria despendida junto às autoridades educacionais locais operando o serviço psicológico escolar. Problemas menos graves seriam atendidos por esse serviço. A figura de integração deste esquema torna-se, então, o psicólogo educacional que passa a trabalhar em ambos os sítios. Faz-se necessário notar que tanto a clínica de orientação infantil como o serviço psicológico escolar operavam com autonomia administrativa e financeira.

Durante o período de 1955 a 1965 a demanda de psicólogos educacionais na Inglaterra e Gales assustadoramente, sobrepujando consideravelmente a oferta. O aspecto mais interessante neste crescimento é que foi o Serviço Psicológico Escolar e não a Clínica de Orientação Infantil que mais se expandiu com a crescente demanda de psicólogos educacionais. O gráfico a seguir representa o crescimento da população de psicólogos educacionais na Inglaterra e Gales de 1955 a 1972.

Esta situação levou o Governo a nomear um grupo de trabalho em 1965 para investigar o "campo de trabalho dos psicólogos educacionais empregados pelas autoridades educacionais locais, suas qualificações e seu treinamento; para estimar o número necessário de psicólogos educacionais e para fazer recomendações". O relatório final deste grupo de trabalho conhecido como Relatório Summerfield, publicado em 1968, foi o primeiro documento em que se analisa a nível nacional a profissão de psicólogo educacional na Inglaterra e Gales e representa o manual básico da prática da psicologia educacional aí (3).

Em resumo, o Relatório Summerfield investigou a profissão dos 326 psicólogos educacionais que compunham a classe. Metade deste número tinha menos de 40 anos de idade, e predominava o sexo masculino. Quanto às qualificações, todos

Crescimento da população de psicólogos durante o período de 1955 a 1972



Fonte: Chazan, M.; Moore, T.; Williams, P. & Wright, J. *The practice of educational psychology*. London, Longman, 1974.

os psicólogos educacionais eram graduados em psicologia e um terço havia obtido outra qualificação a nível de pós-graduação em psicologia ou educação. Quase todos (nove décimos) haviam sido professores durante um período médio de quatro anos. Quanto às suas funções, segue uma lista das atividades segundo ordem decrescente de prioridades:

- Diagnóstico psicológico.
- Elaboração de relatórios psicológicos.
- Tratamento.
- Encontros com professores e pais.
- Organização, administração e tempo dispensado em locomoção.
- Palestras informais aos pais e professores.

- Treinamento formal – inclusive supervisão de futuros psicólogos educacionais.
- Investigação e pesquisa.
- Conferências de casos.
- Atividades de recuperação educacional.
- Visitas a escolas e hospitais.
- Aconselhamento de pais.
- Orientação a outros serviços.
- Atividades relacionadas à seleção de alunos para a escola secundária.

De uma maneira muito geral, este é o panorama da evolução da psicologia escolar na Inglaterra e Gales. A partir dos anos 70 algumas reformas de caráter político-administrativo foram introduzidas que afetaram a prática profissional do psicólogo educacional (4). Esta situação atual será analisada na parte que se segue ao treinamento profissional.

2. Treinamento acadêmico e prático do psicólogo educacional

Na Grã-Bretanha não é incomum o uso do termo psicólogo escolar (school psychologist), embora o termo psicólogo educacional seja mais freqüentemente empregado. Por psicólogo educacional subentende-se geralmente o psicólogo que trabalha nos serviços psicológicos escolares empregado pelas autoridades educacionais locais. Também por psicólogo educacional podem ser designados os psicólogos que ensinam psicologia educacional nas universidades e nas escolas normais (colleges of education) e aqueles que fazem pesquisa nesta área nas universidades ou para a Fundação Nacional de Pesquisa Educacional (National Foundation for Educational Research).

Atualmente o treinamento acadêmico e prático do psicólogo educacional consiste de:

a) curso universitário (geralmente de quatro anos) em psicologia;
b) curso de didática de um ano de duração para obtenção da licença para o magistério;
c) três anos, no mínimo, de experiência de magistério no 1.º ou no 2.º grau;
d) cursos de mestrado ou diploma a nível de pós-graduação (um a dois anos em tempo integral) em psicologia educacional em universidades ou instituições de ensino não-universitárias.

Portanto, qualquer psicólogo educacional na Inglaterra é um professor em termos de qualificações e de experiência e ao mesmo tempo um graduado em psicologia. Na verdade, é o curso de pós-graduação (mestrado ou diploma) em psicologia educacional – conforme item *d* – que outorga ao indivíduo o título de psicólogo educacional. Entretanto, qualquer candidato a este curso deve possuir os

requisitos constantes dos itens *a, b, c*, para se tornar elegível. Por outro lado, o reconhecimento dos cursos de pós-graduação em psicologia educacional é feito pela Sociedade Britânica de Psicologia (British Psychological Society) que é a entidade que controla e regula a profissão de psicólogo na Grã-Bretanha (embora não tenha caráter sindical nem político). A Sociedade Britânica de Psicologia regulamenta os requisitos dos candidatos aos cursos de pós-graduação em psicologia educacional, como também autoriza o funcionamento de novos cursos. O Departamento de Educação e Ciência – órgão governamental que implementa as funções do Ministério de Educação – reconhece automaticamente todos os cursos autorizados pela Sociedade Britânica de Psicologia. Como na Grã-Bretanha quase todos os alunos de pós-graduação recebem bolsas do Governo, o Departamento de Educação e Ciência só financia estudos em cursos reconhecidos pela Sociedade Britânica de Psicologia. Destarte, há um controle indireto no estabelecimento de cursos que não sejam autorizados pela Sociedade, de modo que cursos ilegais recebem um número tão pequeno de alunos que têm de ser fechados.

A defesa dos direitos da profissão de psicólogo educacional é feita pelo sindicato, chamado Associação de Psicólogos Educacionais (Association of Educational Psychologists), cujos encargos são de natureza política, como política salarial, defesa e noção de leis que amparem a profissão, etc.

No passado houve grandes abusos por parte das autoridades educacionais locais que nomeavam para postos de psicólogos educacionais indivíduos sem as qualificações necessárias. Em teoria, isto ainda é possível porque cada autoridade educacional é administrativa e financeiramente autônoma. Na prática, entretanto, tais abusos não ocorrem hoje em dia com muita freqüência porque há maior consciência de classe e uma eficaz pressão moral por parte dos profissionais contra tal tipo de procedimento (5).

Há cerca de 120 lugares anualmente para candidatos a cursos de psicologia educacional.* São ao todo 14 cursos reconhecidos pela Sociedade Britânica de Psicologia na Inglaterra e Gales. Os cursos variam bastante quanto aos seguintes aspectos (6, 7, 8):

a) a natureza das instituições onde podem estar sediados. A maioria (11 dentre 14) se localiza em universidades e alguns oferecem a vantagem de um título de mestrado ao final do curso, além do prestígio ligado a uma determinada universidade;

b) alguns cursos são oferecidos por departamentos de psicologia, outros por departamentos de educação. Naturalmente, dependendo de uma ou outra alternativa, a ênfase do curso recairá sobre os aspectos psicológicos ou os aspectos educacionais, respectivamente;

* Em toda a Grã-Bretanha.

c) o número de vagas varia de 4 a 15 por ano;
d) a duração do curso varia de um ano a dois anos de tempo integral;
e) o tempo durante o qual os cursos vêm funcionando varia de 2-3 anos até 40-50 anos;
f) os cursos variam quanto à natureza e à extensão das facilidades disponíveis dentro da instituição e nas vizinhanças. Por exemplo, a equipe de ensino varia de tamanho, assim como variam o tipo e a quantidade de contactos que os estudantes possam ter com os serviços psicológicos escolares estabelecidos na região. Cada serviço psicológico escolar, por outro lado disporá de um maior ou menor número de recursos (ex.: provisão ou não de qualquer tipo de educação especial), dependendo das dotações que cada um recebe da sua respectiva autoridade educacional local;
g) a filosofia e a orientação do curso variam segundo a concepção que possam ter os organizadores e coordenadores do papel do psicólogo educacional;
h) a organização do curso varia segundo sua flexibilidade, grau de formalidade no relacionamento entre professores e alunos, tipo de técnica de ensino, relação entre teoria e prática, disponibilidade de supervisão prática, trabalhos práticos e escritos e avaliação final;
i) os cursos variam em *status* conforme seu prestígio junto:

- à autoridade educacional local
- a ex-alunos
- aos educadores em geral
- à classe de psicólogos em geral.

A fim de ilustração segue uma descrição do curso para psicólogos educacionais do University College, Londres, uma das entidades universitárias de maior prestígio na Inglaterra (9).

O curso tem a duração de 12 meses, tempo integral, e devota 60% do tempo ao trabalho prático e 40% à parte teórica. Um dos três dias dedicados ao trabalho prático se passa numa escola durante todo o ano; os outros dois dias junto aos serviços psicológicos escolares ou nos serviços de assistência social ou ainda nos hospitais-escolas da autoridade administrativa local. A natureza do trabalho do estudante aí depende da demanda dos serviços pedidos à autoridade. Nas escolas a professora especifica o tipo de ajuda que deseja obter do psicólogo-estudante.

A parte teórica do curso é organizada em seminários ou discussões individuais com os tutores do curso. A apresentação de tópicos nos seminários é feita tanto pelos estudantes como pelos tutores. Dentro dos tópicos abordados, os seis primeiros na lista abaixo representam os pontos mais enfatizados durante o curso:

1. Técnicas de diagnóstico.
2. Habilitação em entrevista e consulta.

3. Habilitação em diagnóstico.
4. Alguns aspectos do desenvolvimento cognitivo, emocional e social da criança normal.
5. Desenvolvimento atípico.
6. Procedimentos terapêuticos.
7. A psicologia da aprendizagem da leitura e dos números.
8. Psicologia social aplicada à educação e ao desenvolvimento infantil.
9. Desenho experimental e tratamento estatístico dos dados.
10. A organização administrativa da prática profissional.
11. Avanços atuais da psicologia relevantes ao desenvolvimento infantil e à educação.
12. Problemas atuais da prática profissional.

O curso enfatiza um estreito contato entre o psicólogo educacional e os professores, buscando sempre relacionar os conhecimentos teóricos com possíveis problemas reais da vida escolar. Como advoga o principal organizador do curso, R. Maliphant (10), a preparação e o treinamento de futuros psicólogos educacionais não pode permanecer à margem dos reais e enormes problemas da população escolar. Supondo que 10% da população apresenta problemas que necessitam da ajuda do psicólogo e supondo um mínimo de uma hora e meia de tempo para diagnóstico, seria impossível atender a todos os casos individualmente. Maliphant advoga uma melhor alocação de recursos em termos de um trabalho preventivo e de um treinamento das professoras como agentes terapêuticos e de mudança.

Atualmente na Grã-Bretanha existe uma crescente insatisfação dos psicólogos educacionais, no que diz respeito ao seu papel profissional tradicionalmente interventor e clínico, baseado num modelo médico e restrito ao diagnóstico individual e tratamento. Esta insatisfação reflete-se na tentativa de reorganizar os cursos de preparação para psicólogo educacional de maneira a reconceituar o papel que o psicólogo educacional deve assumir e as habilidades de que deve dispor para desempenhar este papel.

Na parte seguinte deste trabalho a análise de como se encontra a psicologia educacional na Grã-Bretanha ilustrará de maneira mais clara as transformações por que passa a profissão no momento.

3. O papel e as funções do psicólogo educacional: a situação atual e as tendências futuras

A reorganização político-administrativa e a reorganização do Serviço Nacional de Saúde no começo dos anos 70 vieram afetar a situação profissional do psicólogo educacional no que se refere às suas atribuições, à sua identidade profissional e ao seu relacionamento com outros profissionais e com a comunidade.

Em primeiro lugar, as autoridades administrativas locais foram aumentadas em termos de área e de população, o que representou uma maior concentração de recursos sob o controle de uma única autoridade local. Em segundo lugar, algumas das responsabilidades pertencentes às autoridades de saúde locais como, por exemplo, a responsabilidade pelas crianças com retardo mental, passaram para a responsabilidade das autoridades educacionais locais. Em terceiro lugar, as autoridades de serviço social local foram reorganizadas e abarcaram com responsabilidades que pertenciam tradicionalmente às autoridades de saúde locais, como por exemplo, as creches, os jardins de infância para pré-escolares, o trato de adultos com retardo mental ou inválidos.

A circular governamental sobre orientação infantil publicada em 1974 (10) veio oferecer recomendações sobre a reorganização dos serviços psicológicos escolares e as clínicas de orientação infantil, face a todas estas mudanças político-administrativas. Umas das recomendações expressas foi a aproximação dos profissionais de várias áreas trabalhando em serviços diferentes para o eficaz atendimento das crianças que necessitam de ajuda especial. Por exemplo, o psicólogo educacional trabalhando no serviço psicológico escolar deverá consultar o assistente social ou o pediatra ou qualquer outro profissional que for necessário antes de prescrever o tipo de atendimento recomendável para uma criança que lhe é encaminhada. A circular governamental também recomenda uma maior articulação de todos os profissionais que trabalhem com crianças, no sentido de avaliarem as técnicas utilizadas e planejarem uma melhor alocação dos recursos disponíveis.

Esta necessidade de trabalhar interdisciplinarmente ocasionada pela reorganização político-administrativa veio acrescentar outra função às atribuições do psicólogo educacional nos serviços psicológicos escolares, qual seja a de consultor junto aos serviços sociais locais, como também junto às cortes juvenis. O fato das unidades administrativas também terem crescido de tamanho e de população significou uma maior oportunidade para os psicólogos educacionais participarem nas decisões que anteriormente pertenciam à área de competência puramente educacional como, por exemplo, a organização e o funcionamento das estruturas educacionais, as questões curriculares e o aconselhamento. Atualmente, em muitas autoridades educacionais locais o psicólogo educacional do Serviço Psicológico Escolar participa oficialmente do conselho consultor da autoridade local, que é o grupo que sugere as diretrizes da organização e do funcionamento do ensino primário, secundário e as provisões educacionais para crianças com *handicaps* de qualquer natureza.

Apesar da insatisfação existente entre os psicólogos educacionais em relação ao papel tradicionalmente clínico e interventor e apesar do desejo de assumir um papel profissional mais preventivo, consultor e que alcance uma maior parcela da população escolar, algumas dificuldades obstaculizam as concretizações desta situação. Para que o psicólogo educacional possa assumir este novo papel, é necessário que haja paralelamente uma sensibilização das professoras quanto ao tipo de ajuda ideal que o psicólogo educacional possa lhes oferecer. Supondo que as professoras

permaneçam atribuindo ao psicólogo educacional uma função clínica baseada no atendimento individual de casos para diagnóstico e terapia, será difícil, senão impossível, modificar o *status quo*. Segundo a pesquisa recentemente levada a cabo por Topping (11) os resultados mostram que muito poucas professoras conceituam o trabalho do psicólogo educacional em outros termos além do *clínico*. Uma grande parcela (80%) expressou a opinião de que os relatórios elaborados pelo psicólogo não são senão a reafirmação do óbvio. Outra grande parcela (50%) não tinha a menor idéia do que consistiam as atividades do psicólogo educacional, enquanto 25% afirmaram que não haviam procurado o psicólogo educacional para obter ajuda nos casos das crianças mais problemáticas com quem estavam lidando.

Por outro lado, uma investigação junto aos psicólogos educacionais (11) mostrou que a grande maioria dos entrevistados (77%) pensa que os objetivos do serviço psicológico escolar deveriam ser sobretudo a participação na organização escolar e o treinamento de professores. Além disso, esta investigação indicou a maneira como os psicólogos desejariam empregar seu tempo: 45% participando na resolução de problemas ligados à organização escolar; 30% em pesquisa e desenvolvimento da comunidade e 25% no atendimento individual de casos. Esta pesquisa também mostrou a insatisfação geral dos psicólogos educacionais em relação ao funcionamento do serviço psicológico escolar, no que diz respeito à falta de coesão do grupo, à falta de consenso quanto aos objetivos do serviço e ao desconhecimento das suas prioridades.

Num serviço psicológico escolar onde pode trabalhar um grupo de quatro ou mais psicólogos educacionais, sendo que alguns psicólogos assumem também o encargo da coordenação do serviço, a única obrigação legal é a identificação das crianças com *handicaps* físicos e mentais. Há legalmente 10 categorias de *handicap:* os cegos, os parcialmente cegos, os surdos, os parcialmente surdos, os fisicamente deficientes (problema ortopédico ou neurológico), os epilépticos, os frágeis, os com deficiência de fala, os educacionalmente subnormais e os com desajustes emocionais. Não há necessariamente consenso entre os psicólogos educacionais, mesmo entre os que trabalham na mesma autoridade educacional local em relação à abordagem de cada caso particular.

Suponhamos, por exemplo, que uma professora peça a ajuda de um psicólogo educacional porque tem dificuldades em lidar com uma criança excessivamente agressiva na sala de aula. Dependendo da gravidade do caso, dos recursos disponíveis na autoridade educacional local e da orientação ideológica do psicólogo educacional, várias alternativas para o atendimento do caso podem ser seguidas. O psicólogo educacional pode: *a*) optar por uma terapia individual para a criança que terá de vir ao serviço psicológico escolar para tal; *b*) ensinar à professora técnicas de modificação do comportamento adequadas ao caso; *c*) decidir enviar a criança a uma escola-residência para crianças com problemas de conduta; *d*) recomendar uma escola-dia para crianças com problemas de conduta; *e*) enviá-la à clínica de orientação infantil para tratamento clínico; *f*) recomendar uma mudança de escola para a criança; *g*) enviá-la a uma professora especializada em crianças com desajus-

tes emocionais, onde ela receberá durante algumas horas por semana ensino acadêmico normal, porém num outro ambiente; *h*) decidir fazer aconselhamento familiar.

Muitas são as alternativas e, na maioria dos casos, nem todas estão disponíveis para todos os casos. Em muitas autoridades educacionais locais não se dispõe de todo e qualquer tipo de provisão educacional especial; igualmente, em muitas clínicas de orientação infantil as listas de espera para tratamento clínico são enormes. Dadas as grandes dificuldades e até mesmo a impossibilidade de poder oferecer tratamento individual para as crianças que precisam de ajuda especial vê-se um crescente consenso por parte dos psicólogos educacionais no que se refere à preparação das professoras para que elas sejam os próprios agentes terapêuticos, e só recorrer à ajuda especializada nos casos mais graves.

A tendência da política educacional inglesa se faz notar cada vez mais no sentido de integrar as crianças com *handicaps* na rede de ensino para crianças normais, mas ao mesmo tempo preparar e capacitar os professores para enfrentar tal tarefa. Faz-se, portanto, mais necessária a presença do psicólogo educacional *dentro* das escolas para agir junto às professoras e diretoras como consultor, conselheiro e co-participante nas decisões. O Relatório Warnock que foi publicado este ano encomendado pelo governo incumbiu-se de investigar as provisões para educação especial e fazer recomendações. Uma delas sugere a proporção de um psicólogo educacional para cada 5000 crianças. Esta situação ainda está longe de ser atingida. Segundo estimativas a proporção ainda permanece na casa de um psicólogo para cada nove a dez mil crianças.

Nos últimos dois anos uma grande quantidade de artigos vem aparecendo na revista da Associação de Psicólogos Educacionais (*AEP Journal*) e no *Boletim da Sociedade Britânica de Psicologia* (*Bulletin of the British Psychological Society*) sobre a natureza do trabalho do psicólogo educacional. Alguns autores (12, 13, 14, 15) questionam a série de suposições sobre as quais os psicólogos educacionais parecem basear seu trabalho: por exemplo, seu paradigma de ciência, a ideologia classista e elitista camuflada nos testes psicométricos, a impregnação de valores culturais nas afirmações ditas objetivas, o conceito de anormalidade, doença e desvio e, finalmente, a identidade profissional baseada na mistificação. Nas palavras de Topping (16), "o profissional é aquele que tira dos indivíduos o conhecimento e as habilidades que por direito pertencem a eles".

Em termos prospectivos parece que a evolução do trabalho do psicólogo educacional na Inglaterra assumirá um papel mais ativo nas escolas, tanto na reorganização da estrutura e da dinâmica do ensino como em assuntos de currículo e no treinamento dos professores. Urge que o psicólogo educacional estabeleça e aumente sua credibilidade profissional junto às professoras e clarifique seu papel e os limites da sua intervenção para que não surjam conflitos e insatisfações devido a expectativas não preenchidas. Professores e psicólogos educacionais precisam contratar de antemão quais os serviços que se podem prestar mutuamente e que tipo de solicitações cabem ser feitas.

Duas correntes se distinguem no que se refere ao novo papel do psicólogo educacional. A primeira diz respeito ao desenvolvimento de serviços psicológicos de comunidade e a segunda à elaboração de técnicas de intervenção nas estruturas organizacionais. A primeira corrente se fundamenta na noção de que a educação é um processo que ocorre tanto dentro como fora da escola, começando ao nascimento e terminando com a morte. É um processo primordialmente interativo, e portanto os conhecimentos psicológicos devem ser encarados como um *input* positivo mais do que como uma intervenção corretiva. Os serviços que o psicólogo educacional poderá oferecer à comunidade são, então, da seguinte natureza: *a*) cursos de pais sobre educação de filhos; *b*) cooperação com entidades filantrópicas, para ajuda aos adolescentes que deixam a escola; *c*) ajuda aos recém-casados e preparação para a paternidade; *d*) educação pré-escolar e estabelecimento de creches; *e*) educação compensatória. Há também a necessidade de tornar disponível o conhecimento psicológico sobre o desenvolvimento infantil a nível de serviços de aconselhamento, antes que crianças potencialmente em risco se tornem realmente crianças-problemas.

4. Conclusão

A psicologia educacional na Inglaterra parece atravessar uma fase de questionamentos exacerbados que estão em parte ligados ao questionamento que caracteriza o momento atual das ciências humanas e sociais.

Entretanto, há que se lembrar que um longo caminho foi percorrido pela psicologia educacional inglesa desde que Cyril Burt foi indicado em 1913 como psicólogo do London County Council. O questionamento evidente nos dias de hoje é o reflexo de um amadurecimento da classe que aprendeu pelos seus próprios erros e acertos e busca na sua tradição e na sua experiência o planejamento de um futuro mais aperfeiçoado.

A situação do psicólogo educacional na Inglaterra está estreitamente vinculada ao tipo de formação acadêmica e de treinamento prático que ele recebe. Esta situação também está ligada à organização político-administrativa particular da Grã-Bretanha, ao estágio de desenvolvimento científico e tecnológico desse país e, sobretudo, aos valores da sociedade e a todo o arcabouço sociocultural que há séculos e séculos solidificam, criam e recriam e, finalmente, perfazem aquilo que se pode chamar de cultura da nação.

Alguma coisa talvez se poderia aprender com o exemplo alheio. No caso da Grã-Bretanha, uma lição poderia ser aquela que indica que a situação ideal para a prática profissional da psicologia educacional só poderá ser atingida através do esforço coletivo, da reflexão sobre a experiência passada, da ajuda das organizações voluntárias e da comunidade leiga, e do profundo respeito pela vida e pela dignidade humanas.

Referências bibliográficas

1. Chazan, M.; Moore, J.; Williams, P. & Wright, J. *The Practice of educational psychology.* London, Longman, 1974.

2. Ministry of Education. Report of the Committee on Maladjusted Children. (Underwood Report) H.M.S.O., 1955.

3. Department of Education & Science. Psychologists in Education Services. Summerfield Report H.M.S.O., 1968.

4. Wright, H. J. The practice of educational psychology in england & Wales as affected by recent changes in the health service and local government. *AEP Journal, 14*(2): 24-31, 1976.

5. Comunicação pessoal de Jim Burch, tutor responsável pelo curso de preparação de psicólogos educacionais do Institute of Education – Universidade de Londres.

6. Houghton, D. M. The training of educational psychologists. *Bull. Br. psychol. Soc., 31*: 358-9, 1978.

7. Burden, R. L. Training courses for educational psychologists in England & Wales: a consumer's guide. *Bull. Br. psych. soc., 30*: 101-103, 1977.

8. Carroll, H. C. M. Training educational psychologists: the swansea approach. *Remedial Education, 12*(1): 17-9, 1977.

9. Maliphant, R. Training educational psychologists for local authority services: the UCL approach. *Remedial Education, 12* (3): 120-2, 1977.

10. Department of Education and Science. Circular 3/74 Child Guidance HMSO, 1974.

11. Topping, K. J. Consumer confusion and professional conflict in educational psychology. *Bull. Br. psycholo. soc., 31,*: 265-7, 1978.

12. Burden, R. M. Meaningful questions or meaningless answers: the educational psychologist in search of an identity. *AEP Journal, 3* (7): 15-20, 1974.

13. Roe, A. M. Educational psychology: the view from the gun. *Bull. Br. psychol. Soc., 28:* 199-200, 1975.

14. Wolfendale, S. Working with teachers. *AEP Journal, 4* (2): 20-4, 1976.

15. Acklaw, J. Improving contact between teacher & psychologist. *Remedial Education, 13* (2): 98-9, 1978.

16. Topping, K. The role and function of the educational psychologist. *AEP Journal, 4* (5): 20-27, 1977.